

SEMINÁRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (2017)

Coordenação de Pedagogia

Faculdade de Educação
coordped@unicamp.br



Sumário

Introdução	2
As adequações normativas no Curso de Licenciatura em Pedagogia (2001-2015).....	4
As adequações curriculares no Curso de Licenciatura em Pedagogia (2002-2015): o caso da prática como componente curricular.	9
O Curso de Licenciatura em Pedagogia-Unicamp: uma análise das adequações normativas e curriculares.	10
O Estágio Curricular Supervisionado e a Prática como componente curricular no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unicamp.	16
Diagnóstico e avaliações do Curso de Pedagogia (2011 a 2016).....	20
Pré-Requisitos no Currículo de Pedagogia (1998-2016).....	23
Encaminhamentos	25
Síntese do Seminário do Curso de Licenciatura em Pedagogia (2017).....	27
Eixo 1 - Princípios e diretrizes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FE/Unicamp.....	27
Diagnóstico da Comissão de Graduação (2016-2017).....	30
Proposições do Seminário (2017) – Eixo 1	30
Eixo 2 – Gestão do Projeto Político Pedagógico	
Eixo 3 – Organização, Estrutura e Novas Demandas.....	33
Diagnóstico da Comissão de Graduação.....	35
Proposições do Seminário (2017) – Eixo 2 e 3.	35
Propostas e demandas para o Curso de Pedagogia – Plenária Final.....	37
Referência Bibliográfica	38

Síntese do Seminário do Curso de Pedagogia

Faculdade de Educação/Unicamp

08 e 09 de maio de 2017 ¹.

Profa. Dra, Debora Cristina Jeffrey²

Profa. Dra. Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis³

Profa. Ms.Luciane Grandin⁴

Introdução

O curso de Licenciatura em Pedagogia, nas últimas décadas, tem ampliado as possibilidades de perfil do egresso, de modo a atender às orientações normativas, em particular do Conselho Nacional de Educação (CNE), e demandas educacionais, com impacto direto nas propostas curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES).

Conforme apontou Saviani (2009), há predominância de dois modelos de formação docente no Brasil: 1) *com ênfase em conteúdos culturais-cognitivos* – centrado na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina em que o estudante irá lecionar; 2) *com ênfase na formação pedagógico-didático* – para a efetiva preparação do estudante à prática pedagógica e didática.

A efetividade destes dois modelos de formação docente, na análise de Saviani (2009), expressam as sucessivas mudanças que ocorreram neste processo, apresentando um quadro de descontinuidade, mas sem rupturas nestas ênfases, em decorrência da precariedade de políticas formativas e ausência de um padrão consistente para a formação de profissionais habilitados para atenderem às demandas educacionais existentes. Tal problemática, de acordo com Libâneo (2002) também reflete as implicações da pós-modernidade para os processos de formação docente, que recentemente vem se

¹ O Documento tem como referência o artigo: JEFFREY, D. C; ASSIS, A. E. S. Q; GRANDIN, L. O Curso de Licenciatura em Pedagogia: uma análise das adequações normativas e curriculares. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, v. 2, n. 2, p. 291-310, maio/ago 2016. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIESup/article/view/7621/6443>. Acessado em 18/10/2016. Agradecimento à Comissão de Graduação (Comissão de Pedagogia e Comissão de Licenciatura) que colaborou na sistematização e reflexão das informações contidas nesse Documento: Profa. Dra. Alexandrina Monteiro, Profa. Dra. Gabriela Tebet, Prof. Dr. Sérgio Leite, Prof. Pedro Ganzeli, Prof. Dr. Pedro Cunha, Profa. Dra. Alik Wunder, Profa. Dra. Carolina Catini, , Profa. Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues, Profa. Dra. Jackeline Rodrigues Mendes.

² Coordenadora do Curso de Pedagogia/ Unicamp (Gestão 2016-2018).

³ Coordenadora Associada do Curso de Pedagogia/ Unicamp (Gestão 2016-2018)

⁴ Pedagoga do Curso de Pedagogia/ Unicamp.

caracterizando pelos modismos pedagógicos, frágil repertório teórico, instabilidade teórica e, muitas vezes na baixa capacidade crítica do professorado.

Diante deste fato, para Fiorentini e Crecci (2013), as proposições envolvendo a formação inicial de professores no Brasil, fundamentam-se ora em uma perspectiva de formação profissional (ação formativa externa visando a transformação do sujeito) e em outros momentos pela perspectiva de desenvolvimento profissional docente (ação formativa permanente para a atuação profissional em um campo específico).

Enquanto a perspectiva de formação profissional centra-se na ênfase dos conteúdos culturais-cognitivos necessários à atuação docente, a perspectiva do desenvolvimento profissional docente além de destacar a formação didático-pedagógico do egresso, apresenta uma definição abrangente, que segundo André (2010), envolve os processos de preparação, profissionalização e socialização dos professores, com o objetivo de proporcionar a aprendizagem do aluno.

Além disso, de acordo com André (2010), a perspectiva do desenvolvimento profissional docente pauta-se na valorização da concepção do profissional, sua representação social e identidade do profissional, fato que expressa a ideia de continuidade, evolução e rompimento com a formação inicial e continuada, ao compreender que esse será um processo permanente e de individualização do processo formativo.

Neste sentido, André (2010, p. 177), ainda ressalta que essa perspectiva ao enfatizar as representações, saberes e práticas do professor, não tem favorecido a articulação com os contextos em que tem sido produzidos, mudando o foco dos cursos de formação para a formação do professor isoladamente, reforçando “[...] uma visão da mídia, com amplo apoio popular de que o professor é o principal (talvez o único) responsável pelo sucesso/fracasso da educação”.

Porém, além da crença que a subjetivação da formação de professor representaria um avanço, Gatti (2014a; 2014b), ao analisar a formação inicial de professores para atuação na educação básica, identificou algumas problemáticas que precisam ser levadas em consideração, de modo a superar essa perspectiva fragmentada, com destaque para: a) a ausência de uma política nacional específica para as licenciaturas; b) a existência de Diretrizes Curriculares de Curso de formação de professores isoladas; c) a constituição de currículos fragmentados nos Cursos; d) despreparo dos docentes das IES para formar professores; e) evasão considerável nos Cursos; f) estágios supervisionados sem projeto ou acompanhamento.

Diante deste diagnóstico, Gatti et al (2011, p. 267) consideraram que além destes fatores, há uma outra problemática que tem influenciado as propostas e modelos curriculares dos Cursos de formação de professores, ao alertarem o fato de que:

Uma tônica predominante é que as ações de todos os entes federados se têm mostrado crescentemente pautadas pelos resultados das avaliações padronizadas dos alunos da educação básica. Isso é um indicativo de que as redes de ensino estão mais mobilizadas e as políticas, em princípio, mais focalizadas nos alunos e no seu direito de aprender. Significa também que as formas de funcionar dos sistemas escolares e as formas de condução, controle e avaliação da atuação docente estão passando por profundas alterações, em vista do modelo de resultados (GATTI et al. 2011, p. 267).

Considerando o diagnóstico realizado por Gatti (2014) e colaboradores (2011), é possível compreender que o Curso de Pedagogia, que de acordo com os dados do Censo do Ensino Superior (2013) apresenta a maior representatividade entre os Cursos de Licenciatura (1.353.614 matrículas), contabilizando 611.111 matrículas (45,14%), tem realizado adequações normativas e pedagógicas para atender às demandas educacionais da educação básica, bem como dos sistemas de ensino.

Assim, de modo a favorecer a trajetória normativa e pedagógica do Curso de Pedagogia entre os anos de 2002 a 2015, o presente artigo se estrutura.

As adequações normativas no Curso de Licenciatura em Pedagogia (2001-2015).

De acordo com Dourado (2015, p. 300) a última década caracteriza-se pelos movimentos realizados, a fim de repensar a formação de professores, em especial no que tange às Resoluções do CNE que tendem a dar “maior organicidade para a formação de profissionais do magistério da educação básica, incluindo a rediscussão das Diretrizes e outros instrumentos normativos acerca da formação inicial e continuada”.

Neste contexto, podemos destacar três Resoluções principais, a saber: Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002, Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006 e Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015.

A variedade de temas que cada Resolução trata nos permitiria discutir inúmeros assuntos referentes à formação. Assis (2007), por exemplo, problematizou o *lócus* de formação do professor dos anos iniciais diante da quantidade de possibilidades, inclusive irregulares como os cursos normais, para que esta formação ocorresse, assunto pendente

ainda nos dias atuais; todavia neste artigo daremos ênfase à prática enquanto componente curricular e o tratamento que recebeu frente a estes atos normativos da esfera Federal.

Quadro 1: Prática enquanto componente curricular nas Resoluções do CNE

Atos Normativos Federais	Ano	Assunto
Resolução CNE/CP n.1/2002	2002	<i>Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</i>
Resolução CNE/CP n. 1/2006	2006	<i>Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.</i>
Resolução CNE/CEB n.2/2015	2015	<i>Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.</i>

De acordo com o quadro, na Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002 os artigos 12 e 13 direcionam a discussão da prática enquanto componente curricular. Das três Resoluções, esta é a única em que não se define a carga horária para as atividades práticas, vez que se dirige ao conjunto de cursos de formação de professores, indicando que cada curso terá sua duração definida pelo Conselho Pleno em Parecer ou Resolução específica (art. 12, caput Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002).

No que tange ao tempo, a única menção que faz é no artigo 13, § 3º (Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002) para que seja desenvolvido, a partir da segunda metade do curso, sendo avaliado conjuntamente pela instituição formadora e a instituição *locus de estágio*. Esta situação foi regulamentada em 2008, pela Lei n.º 11.788 que trata das relações de estágio dos estudantes.

O artigo 12 da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002 foi responsável por definir o lugar da prática no currículo, articulando-a em diversos momentos do curso, deixando de restringi-la somente ao momento do estágio supervisionado (art. 12, § 1º Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002), ao garanti-la em todo o processo formativo (art. 12, § 2º Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002) contemplando os componentes curriculares e não apenas as disciplinas pedagógicas (art. 12, § 3º Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002).

Já no artigo 13 da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002 tem-se o embrião da diferenciação – mais nítida nas demais Resoluções – entre **estágio supervisionado** e **atividades práticas**, ao recomendar que a dimensão prática deveria transcender o estágio. Para atingir este objetivo, nos parágrafos do referido artigo encontramos os seguintes direcionamentos: prática desenvolvida a partir de processos de observação e reflexão e resolução de situações problema (art. 13, § 1º Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002) e

enriquecimento da formação pelas Novas Tecnologias e Informação e Comunicação – NTICs, narrativas e estudos de caso (art. 13, § 2º Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002).

Além destes artigos, recomenda-se o aprimoramento de **práticas investigativas**, (art. 2, IV Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002), com o intuito de propiciar o desenvolvimento de competência necessária à inovação da educação, bem como o “aperfeiçoamento da prática pedagógica” conforme frisa o artigo 6º, inciso V, da mesma Resolução.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação promulga a Resolução n.1 instituindo Diretrizes para o curso de graduação em Pedagogia. O principal papel desta normativa foi determinar o caráter específico de licenciatura do curso, anteriormente concebido, nas mais diversas matrizes formativas (ASSIS, 2007).

Ademais, esta Resolução deveria ser interpretada complementarmente à Resolução anterior, que fez menção à futura publicação de diretrizes específicas para cada curso, como é o caso, e deu direcionamentos gerais acerca da formação docente, cujos pormenores foram tratados em cada área. Este fato, justifica a necessidade de iniciar a análise, a partir de 2002, embora este ato normativo estivesse fora do recorte temporal determinado por Dourado (2015).

No caso da Pedagogia a expressão “prática” deixa de ser algo difuso e toma corpo diante de um longo rol de aptidões determinadas no artigo 5º da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006, que vão desde princípios e valores até atividades específicas de docência e gestão. Também como indicativo da Resolução anterior, dita-se como deve se constituir o curso, organizado por três núcleos, quais sejam: de estudos básicos, de aprofundamento e diversificação de estudos e de estudos integradores (art. 6º, I, II e III Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006). Tratam-se de ações a serem realizadas objetivando garantir o perfil do egresso presente no artigo 5º da mesma Resolução.

Também em consonância com o disposto no *caput* do artigo 12 da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002, o artigo 7º da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006, determina a quantidade de horas mínimas do curso em 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, sendo que destas, 300 horas seriam destinadas ao estágio supervisionado na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental (art. 7º, II da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006); 100 horas para atividades teórico-práticas configuradas em iniciação científica, monitoria e/ou extensão (art. 7º, II da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006); e 2.800 horas às atividades formativas como aquelas relacionadas à prática e prática investigativa, configuradas por assistências em salas de aula, seminários, pesquisas,

consultas à biblioteca e afins, e visitas a centros educacionais e/ou culturais (art. 7º, II da Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006). Neste desenho, a prática é compreendida como um currículo em si, deixando de se restringir a um mero componente curricular.

A partir da aprovação da Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015, revoga-se a Resolução CNE/CP n.1/2002, sendo mantida a Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006, apesar de sua proposta de redefinição do desenho formativo para todos os cursos de licenciatura em geral, no país. Entende-se que o seu nível de detalhamento é de alta complexidade, ao propor a forma três tipos de cursos de licenciatura: 1) base comum nacional para a formação dos profissionais do magistério para a educação básica (Capítulo II da Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015); 2) do egresso da formação inicial e da formação continuada (Capítulos III e VI da Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015); 3) da formação inicial do magistério da Educação Básica em nível superior (Capítulos IV e V Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015).

A título de comparação, é no artigo 13, parágrafo 1º e incisos que a carga horária do curso é definida. As 3.200 horas mínimas são as mesmas da Resolução de 2006, mas a distribuição foi bastante alterada. O curso deve prever 400 horas de prática como componente curricular, que não deve ser confundida com as 400 horas de estágio supervisionado. Soma-se a isso, pelo menos 2.200 horas de atividades formativas estruturadas dentro dos três núcleos (similares aos previstos na resolução de 2006 e presentes no artigo 12 da Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015) e 200 horas de atividades teórico-práticas.

A novidade, perante a Resolução de 2006, é que as atividades formativas não estão mais diretamente vinculadas às atividades práticas, pois estas ganham quantidade de horas específicas destacando-se daquelas. Garcia (2016) ainda que faça estudo de distintas normativas, no que se refere a formação de professores, levanta a polêmica com relação às atividades práticas e estágio supervisionado, indicando que há uma intenção de articulação possível de ser identificada entre as normativas. Deste modo, o que se configura é um currículo fragmentado, que não ganha força com o aumento de horas fora de um núcleo de atividades formativas.

Neste sentido, apesar das particularidades destas Resoluções, e de se poder identificar certa evolução no nível de detalhamento dos temas tratados, nos levando, inclusive, a questionar o grau de autonomia deixado às Instituições de Educação Superior – IES, também são identificados alguns pontos em comum, particularmente no que se refere à relação entre a teoria e prática como componente curricular.

Na Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002, o tema está contemplado no artigo 3º de forma que a coerência entre formação e prática esperada fosse tomada como princípio norteador da formação para o exercício profissional específico. Neste contexto visava-se a simetria formativa, vale dizer, saber fazer aquilo que se espera que se faça (art. 3º, II, a Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002); aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores (art. 3º, II, b Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002); competências desenvolvidas e suportadas por conteúdos (art. 3º, II, c Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002); e avaliação como parte do processo de formação possibilitando diagnóstico (art. 3º, II, d Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002). Nesta Resolução, o eixo articulador de teoria e prática foi também considerado um critério de organização das matrizes curriculares dos cursos de formação docente (art. 11, VI Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002).

Já na Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006, o inciso III do artigo 7º deixa bastante claro que não haveria como desenvolver o conteúdo ou as atividades formativas em sala de aula, dissociado do que se nomeou “atividades práticas” nesta mesma Resolução e “práticas investigativas” da Resolução de 2002, conforme apresentado anteriormente.

Atualmente, com a Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015, inciso V, parágrafo 5º do artigo 3º, há um resgate da indissociabilidade entre teoria e prática enquanto princípio, em consonância com o preconizado na resolução de 2002; articulação que tem base nos conhecimentos científicos e didáticos e vínculo com o tripé universitário de ensino-pesquisa-extensão (art. 207 CRFB/88).

Ainda que o artigo 3º mencionado faça parte das considerações gerais, há previsão da *práxis* com expressão da articulação entre teoria e prática no capítulo da base comum, do qual faz parte o artigo 5º (Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015)

Este contexto deixa claro a tentativa das normas em evitar os dois modelos formativos distintos já destacados anteriormente por Saviani (2009); a atenção dada às questões práticas enquanto parte articuladora e definidora do currículo, vêm ao encontro da necessidade de se materializar a *práxis* – teoria praticante, prática teorizante.

As adequações curriculares no Curso de Licenciatura em Pedagogia (2002-2015): o caso da prática como componente curricular.

A proposta de se materializar a *práxis* como teoria praticante e prática teorizante presente nos dispositivos regulatórios dos cursos de licenciatura, entre os anos de 2002 e 2015, tem enfatizado a prática como componente curricular, com orientações específicas para o curso de licenciatura de Pedagogia.

Para Severino (1996), a questão da prática como componente curricular, em cursos de formação inicial e continuada de professores deve envolver elementos que envolvem a cultura (o saber teórico), a produção (habilitação técnica) e a política (sensibilidade ao caráter das relações sociais). Estes elementos apontados pelo autor, sem dúvida, podem ser identificados em Pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação, nos últimos anos, com o intuito de orientar os dispositivos legais com relação à prática como componente curricular.

Quadro 2: Antecedente histórico-normativo da prática como componente curricular

Parecer (CNE)	Orientação
Parecer CNE/CP n.9/2001	[...] instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício de diferentes competências a serem desenvolvidas (p.25, grifo nosso)
Parecer CNE/CP n. 28/2001	A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico- científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (p.31, grifo nosso).
Parecer CNE/CES n. 15/2005	(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (p.32, grifo nosso).
Parecer CNE/CES n. 2/2015	Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas. Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, cursos de pedagogia, a serem desenvolvidos em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e, nas demais licenciaturas, o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total (p.32, grifo nosso)

O quadro 2, ao destacar o antecedente histórico-normativo da prática como componente curricular, indica que este elemento formativo foi compreendido como:

- a) Tempo e espaços diversificados, bem como à percurso de aprendizagem variada (2001);

- b) Processo formativo fundamental à formação da identidade do egresso como educador (2005);
- c) Momento constitutivo do conhecimento como objeto de ensino em um projeto pedagógico articulado (2015).

Neste sentido, a prática como componente curricular caracteriza-se, desde o ano de 2001, ora pela perspectiva da formação profissional e em outros momentos históricos pela perspectiva do desenvolvimento profissional (ANDRÉ, 2010; FIORENTINI; CRECCI, 2013). É esse dilema que o curso de licenciatura em Pedagogia tem enfrentado, ao destacar (Resolução CNE/CP n.1/2006), de acordo com o artigo 2º, parágrafo 1º que:

Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006).

A fim de atender aos princípios acima apontados que embasam o curso de licenciatura em Pedagogia, as IES possuem autonomia, respeitada às orientações nacionais em vigência, a realizarem adequações específicas, com o propósito de caracterizar o perfil do egresso, mediante as disposições oficiais.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia-Unicamp: uma análise das adequações normativas e curriculares.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi criado no ano de 1974, sendo reconhecido somente no ano de 1977. Inicialmente, sua finalidade era formar especialistas na área da educação, em especial três habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar, sem que se fizesse menção à formação para o magistério, fato que só foi alterado, a partir do ano de 1976 (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 2016).

Até o ano de 1997, o curso de Licenciatura em Pedagogia-Unicamp estruturava-se em um núcleo comum para todas as habilitações e um núcleo específico para cada habilitação escolhida (mínimo uma e no máximo duas habilitações).

O curso passou por várias reformas, em que se destacaram: a relação teoria-prática e as habilitações propostas (reformulação de 1979); ampliação e diversificação da didática na formação do pedagogo, bem como a ampliação da carga horária de estágios (reformulação de 1984); a obrigatoriedade da formação para o magistério nas séries iniciais, a pesquisa como eixo de formação, a criação do curso noturno (reformulação de 1992); a docência como base da formação, a formação teórica sólida e interdisciplinar, não fragmentada em habilitações, o eixo da pesquisa, a criação dos núcleos temáticos, a organização curricular por módulos bimestrais; o compromisso ético e político com a escola pública (reformulação de 1997) (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 2016, p. 18).

Embora, o antecedente histórico do curso de licenciatura em Pedagogia-Unicamp, aponte a opção por diferentes reformas, a fim de atender as demandas normativas e pedagógicas, a publicação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, em maio de 2006, demandou a revisão de alguns aspectos curriculares, com destaque para os estágios supervisionados, as distintas práticas de formação e a carga horária do curso. Este fato contribuiu para que alguns aspectos específicos passassem a caracterizar o curso, entre os quais (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2016):

- A docência torna-se base para a formação do pedagogo;
- A proposta de uma formação integrada e multidisciplinar, superando a fragmentação existente com as habilitações específicas;
- A incorporação da gestão como componente central da formação;
- A ampliação da perspectiva de formação do pedagogo para além da visão disciplinar;
- Destaca a centralidade da pesquisa e do estágio curricular para o processo de formação;
- Ampliação de carga horária para a formação em Pedagogia.

Essas alterações foram incorporadas, a partir de uma reforma curricular constituída em diversas instâncias da Faculdade de Educação – Unicamp -, e implementadas, no ano de 1998. Apesar do caráter inovador da proposta, a questão do eixo da pesquisa, os estágios curriculares, os núcleos temáticos, a grade curricular disciplinar continuaram sendo discutidos e aperfeiçoados, até o ano de 2006, em

momentos de avaliação semestral – assembleias e avaliações individuais dos estudantes - , bem como junto à Comissão de Pedagogia e seis Departamentos⁵ da unidade.

Fato que foi incorporado ao debate institucional, em Seminários do Curso de Pedagogia e Estágio Curricular Supervisionado, promovidos pela Coordenação do Curso, ao considerar os desafios existentes para adequar o projeto pedagógico em vigência às novas demandas de formação propostas, mediante a tramitação nacional de tratativas presentes no Parecer CNE/CES n. 15/2005, e, posteriormente na Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006.

Assim, após as discussões realizadas durante os Seminários de Pedagogia e Seminários de Estágio Curricular Supervisionado, no decorrer do ano de 2006, o currículo passou a ser analisado pelos princípios anteriormente delineados e assumidos, mas também pela incorporação dos seguintes aspectos:

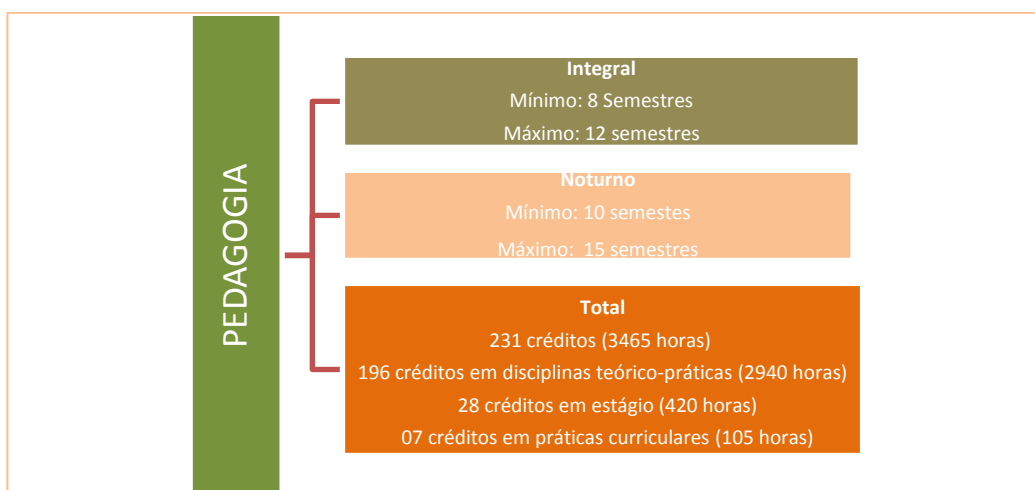
- Eixo da pesquisa vinculada à prática desde o primeiro semestre do curso;
- Adoção de uma perspectiva multidisciplinar e de trabalho coletivo no processo formativo;
- Valorização de experiências não disciplinares de formação;
- Reformulação dos núcleos temáticos, mantendo-se o princípio da interdisciplinaridade;
- Reorganização da nomenclatura, ementas e período de oferta das disciplinas.
- Delimitação do *locus e forma de registro* do estágio curricular supervisionado:
 - a. Estágios que contemplem o ensino, bem como a vivência na escola em sua totalidade, em que se inclui a gestão democrática, o projeto político pedagógico e outras dimensões do cotidiano escolar;
 - b. Estágio que contemple a educação infantil, as séries iniciais do ensino fundamental, a educação de jovens e adultos, além dos espaços e experiências de educação não-escolar e não-formal;

⁵ A Faculdade de Educação da Unicamp, criada em 1972, é constituída por seis Departamentos: Departamento de Política, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE), Departamento de Psicologia Educacional (DEPE), Departamento de Ciências Sociais na Educação (DECISE), Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE), Departamento de Ensino e Práticas Culturais (DEPRAC), Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte (DELART)

- c. A necessidade de elaboração de um projeto de estágio que possibilite o estabelecimento de convênios com as redes públicas e que não seja dependente de iniciativas individuais, quer seja do professor, quer seja do aluno. Nesta perspectiva, é importante que as escolas conveniadas participem da construção de uma proposta de estágio, e que se estabeleça uma relação de reciprocidade entre as mesmas e a Faculdade de Educação;
- d. A formulação de uma proposta de estágio curricular supervisionado que contemple a Faculdade de Educação coletivamente.
- e. Realização do estágio curricular supervisionado, a partir do 5º semestre do curso, a fim de permitir a imersão do aluno nos contextos mencionados.

O novo currículo do curso de licenciatura em Pedagogia-Unicamp, após as adequações apontadas, foi implementado em 2008, sendo reconhecido após renovação de seu credenciamento pela Portaria CEE-SP n. 289 de 01/07/2011⁶. Assim, a estrutura do curso passa a se constituir do seguinte modo:

Quadro 3: Estrutura do Curso de Pedagogia-Unicamp após adequação curricular – ano 2008.



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Faculdade de Educação/Unicamp (2016)

⁶ O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ao pertencer ao conjunto de universidades mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo, depende de normatização, autorização e avaliação direta do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), que o faz a cada cinco anos em cursos oferecidos pela Unicamp, Usp (Universidade de São Paulo) e Unesp (Universidade Paulista).

E em meio às novas proposições estabelecidas para o referido curso, a Faculdade de Educação- Unicamp - aprova na Congregação em dezembro de 2008, o Documento intitulado: *“Para uma política de estágios da FE”* (2008), definindo, portanto, os princípios para os estágios curriculares supervisionados para os cursos de licenciatura e licenciatura em Pedagogia.

Nos anos de 2011 e 2012 foram realizados Fóruns de Avaliação do Curso de Pedagogia, com a participação de docentes e estudantes, com o objetivo de avaliar o funcionamento do currículo em vigência. De modo a subsidiar o diagnóstico, inicialmente organizou-se um grupo focal envolvendo docentes e chefes de departamentos, de modo a identificar os aspectos positivos, bem como as áreas com necessidade de adequação. Posteriormente, Grupos de Trabalho (GT's) foram estabelecidos em quatro áreas fundamentais: *estágio curricular supervisionado, disciplinas, trabalho de conclusão de curso e gestão do currículo*.

O período de realização dos Fóruns de Avaliação do Curso de Pedagogia se justificou pelo fato de corresponder aos anos de conclusão da primeira turma do período integral (2011) e noturno (2012) adequadas ao novo currículo proposto, desde o ano de 2008. Após a realização dessas avaliações, das discussões feitas em Assembleias semestrais de Avaliação de Curso, reuniões da Comissão de Pedagogia e aplicação de questionários discentes de avaliação de disciplinas, evidenciou-se a necessidade de adequações curriculares, que passam a integrar o currículo, a partir do ano de 2015:

- Junção de disciplinas: o caso das disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica e Seminário de Integração Curricular: ambas deixam de ser oferecidas por três semestres, para apenas um semestre cada uma;
- Ampliação de créditos para a disciplina Avaliação Educacional, compreendendo a relevância da temática para a formação de pedagogos.

Em meio ao processo de adequação curricular do curso de licenciatura em Pedagogia-Unicamp, após a realização de diagnóstico e avaliação, o Conselho Estadual

de Educação de São Paulo (CEE-SP) no ano de 2012, fixa *as Diretrizes Curriculares Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual*, através da Deliberação CEE-SP nº 111/2012, e posteriormente, pela Deliberação CEE-SP nº 126/2014, que altera o texto da normativa anterior.

Assim, diante desta nova demanda era preciso readequar o curso de licenciatura em Pedagogia, para além de suas demandas específicas, mas também em atendimento às proposições normativas, que orientavam uma nova redistribuição da carga horária⁷:

I - 800 (oitocentas) horas para formação científico-cultural;

II - 1.600 (mil e seiscentas) horas para formação didático-pedagógica específica para a pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental;

III - 400 (quatrocentas) horas para estágio supervisionado;

IV - 400 (quatrocentas) horas do Curso de Pedagogia para a formação de docentes para as demais funções previstas na Resolução CNE/CP n. 01/2006.

Portanto, além da adequação curricular com o propósito de atender às indicações do diagnóstico e avaliação do curso de licenciatura em Pedagogia, realizados pela comunidade da Faculdade de Educação – Unicamp – o projeto pedagógico de 2015 também realiza adequações às normativas do CEE-SP, com destaque: *alteração de ementas de disciplinas, aumento da oferta de disciplinas com carga horária, voltadas à prática pedagógica, criação de disciplinas como Educação de Jovens e Adultos e Estudo e Produção Acadêmica*⁸.

⁷ Deliberação CEE-SP nº 111/2012 e Deliberação CEE-SP nº 126/2014.

⁸ Desde outubro de 2015, o projeto pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia da Unicamp encontra-se em avaliação, junto ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP). Aguarda parecer final no que se refere à adequação curricular e normativa realizada no ano de 2015.

O Estágio Curricular Supervisionado e a Prática como componente curricular no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unicamp.

Ainda que o curso de Pedagogia-Unicamp ofereça disciplinas específicas de estágio curricular supervisionado, em que se articulam discussões em sala de aula e atividades de campo, em situação especial estão às disciplinas EP 377 - Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar e EP 376 - Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. Com vistas a marcar encontro entre as discussões em sala de aula e o cotidiano escolar, estabeleceu-se as referidas disciplinas como introdutórias ao estágio curricular supervisionado, que via de regra, possui caráter majoritário de orientação. Nelas, há um trabalho de discussão diretamente vinculada aos conteúdos de Planejamento Educacional (também discutidos na perspectiva teórico-prática pela disciplina EP 164 - Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar) e de Prática de Ensino (também discutidos na perspectiva teórico-prática pelas disciplinas específicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental) com a rotina da escola.

Não há, nesta proposta, uma sobreposição de conhecimentos, mas uma convergência, que até o presente momento, tem se mostrado prática interessante na composição curricular do curso.

Na Faculdade de Educação- Unicamp, o estágio curricular supervisionado ocorre a partir do 5º semestre do curso, visando proporcionar ao aluno imersão / vivência em distintos campos de estágio, na dimensão da docência e da gestão democrática, tanto em espaços formais quanto não-formais. A data de início do estágio curricular supervisionado não segue, obrigatoriamente, o calendário acadêmico da Unicamp, mas sim o calendário das escolas, como é o caso do período de planejamento, que antecede ao período letivo e vem ao encontro da proposta dos estágios curriculares supervisionados relacionados à gestão.

De acordo com Projeto Político do Curso de Pedagogia-Unicamp (2016), os estágios curriculares supervisionados têm como princípios:

- A promoção do diálogo entre as várias áreas do conhecimento e entre os diferentes níveis de Educação Básica;

- A construção de projetos, considerando a aproximação entre os docentes e departamentos da Faculdade de Educação e diferentes áreas de conhecimento;
- A compreensão do estágio a partir de uma perspectiva que permita constante diálogo, construção, elaboração e ressignificação dos elementos teórico-práticos;
- A compreensão da escola como campo de estágio imprescindível, visando inclusive, à ampliação do olhar deste futuro profissional para a instituição escolar e o trabalho docente que compreende tanto aquele voltado às atividades com os estudantes em sala de aula, quanto àquelas relacionadas à gestão do processo educacional;
- O incentivo à diversificação dos campos quanto à localização geográfica, situação sócio-econômica-cultural da comunidade, práticas educativas desenvolvidas, ampliação das atividades, entre outros. Defendendo-se que o estágio ocorra, preferencialmente, através de convênios firmados com instituições públicas;
- A vivência dos estudantes em distintos campos de estágios na área da educação, entre os quais podemos destacar os estágios disciplinares e não disciplinares na escola, e estágios relativos aos outros espaços educativos.

Ao definir os princípios que orientam o estágio curricular supervisionado, entende-se que esse momento torna-se convergente às discussões teórico-práticas estabelecidas, ao longo do curso, conferindo significado aos conhecimentos científico-culturais e didático-pedagógicos, consolidando a formação inicial do docente da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como da gestão educacional.

Desse modo, além do estágio curricular supervisionado, a prática curricular definida como atividade de formação extra-curricular, com carga didática de 105 horas, a ser realizada, ao longo do curso, é compreendida como um dos eixos integradores do curso de Pedagogia-Unicamp. Entre as atividades consideradas como prática curricular destacam-se: *participação em congressos, seminários, simpósios, colóquios, mesas redondas; audiência de defesas de dissertação ou tese; trabalhos de iniciação científica; monitorias; estágios extracurriculares; intercâmbios, participação em grupos de pesquisa da Faculdade de Educação/Unicamp; apresentação de trabalhos em eventos científicos; representação estudantil; participação em atividades culturais no âmbito da Faculdade de Educação e da Unicamp*⁹

⁹ Ver Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia – Unicamp (2016).

Quadro 4: Validação de crédito e carga horária do Curso de Pedagogia-Unicamp¹⁰

1 crédito (15h)	2 créditos (30h)	3 créditos (45h)
<ul style="list-style-type: none">• Palestras• Audiência de defesas	<ul style="list-style-type: none">• Participação em grupos de pesquisa ou estudo• Participação em evento científico	<ul style="list-style-type: none">• Estágio extracurricular• Atuação na área da Educação• Iniciação Científica• Monitoria Programa de Apoio Didático• Intercâmbio• Representação Estudantil• Apresentação de trabalho em eventos• Publicação de trabalho científico• Artigos científicos• Cursos na área de Educação

Os critérios¹¹ utilizados para a análise das atividades são dispostos considerando que:

- As atividades sejam realizadas durante todo o curso de Pedagogia;
- O estudante deverá realizar, no mínimo, três tipos diferentes de atividades, proporcionando a diversificação destas;
- A validação dos créditos deverá ser comprovada mediante a apresentação de certificados, declarações originais ou cópias acompanhadas dos originais;
- Serão validadas apenas as atividades com data após o ano de ingresso do estudante no curso.

Neste sentido, o estágio curricular supervisionado e a prática curricular constituem um núcleo de formação que têm o intuito de estabelecer uma relação teórico-prática com ênfase no magistério da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, bem como para a gestão educacional, ao longo de todo curso, de forma integrada aos demais (Quadro 5).

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

Quadro 5: Integração dos núcleos de formação do curso de Pedagogia-Unicamp



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia-Unicamp (2016)

Como se observa no quadro 5, o desenho do curso de Pedagogia-Unicamp estrutura-se na integração entre os núcleos de formação (disciplinas teórico-prática, estágio curricular supervisionado, disciplinas eletivas, prática curricular, integração curricular e trabalho de conclusão de curso). Esse processo de integração do modo em que se configura, atende diretamente às adequações normativas e curriculares em âmbito nacional e estadual.

Contudo, esta proposta apresenta alguns desafios que continuam a fomentar a adequação deste projeto, a partir da dinâmica institucional da Faculdade de Educação, com destaque às diferentes possibilidades de articulação entre os núcleos de formação e a consolidação de um projeto interdisciplinar, fato que ainda não se consolidou.

Particularmente, o Curso de Licenciatura em Pedagogia-Unicamp é um exemplo de como a dinâmica nacional e estadual influenciam seu desenho institucional, mesmo após o estabelecimento de uma proposta de reforma curricular que estava em vigência, desde o ano de 2008. Em meio ao processo de implementação da medida, as normativas nacionais e estadual tiveram que ser incorporadas à proposta em curso, interferindo em sua consolidação, mediante o desafio de realização das adequações às legislações vigentes e ao currículo proposto.

Diagnóstico e avaliações do Curso de Pedagogia (2011 a 2016).

O Curso de Pedagogia, entre os anos de 2011 e 2016, foi avaliado em diversas ocasiões: *Grupos de Trabalho, Fóruns de Avaliação, Grupos Focais, Avaliações Semestrais de Estudantes*, entre outros. Nesses diferentes momentos, os membros integrantes da Comissão de Pedagogia, Departamentos e Representantes Estudantis tiveram a oportunidade de analisar o Projeto Político Pedagógico do Curso e realizar alguns apontamentos, com destaque para:

Quadro 1 – Avaliação do Curso de Pedagogia - Fórum Avaliação do Curso de Pedagogia (2011)

Ano	Documento	Indicações
2011	Fórum Avaliação do Curso de Pedagogia	Disciplinas PPP's – falta de articulação e diálogo entre os Departamentos que oferecem as disciplinas; descontextualizadas em relação ao currículo;
		Política de Estágios: burocratização, falta de projetos e convênios com os campos de estágio; lugar do estágio na grade do Curso;
		Problemas no funcionamento do Currículo: dificuldade para a realização de um trabalho coletivo, devido à falta de tempo; enxugamento de vagas docentes.
		Pesquisa na formação em Pedagogia Há dois focos nas disciplinas oferecidas: introdução à pesquisa e linguagem científica, bem como em metodologia da pesquisa científica TCC's - Diversidade de assuntos, grande presença da pesquisa qualitativa empírica, seguida pela pesquisa bibliográfica. PPP's – sugestão: junção das três disciplinas, com ampliação da carga horária.
		Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia e Articulação dos conteúdos da Educação Básica na formação do professor <ul style="list-style-type: none">• Há diferentes concepções de estágio na FE;• Indefinição da proposta de regência e inserção dos estudantes nas escolas;• Estágio deve ser considerado na perspectiva de intervenção;• Questionamento: o que não deve ser considerado estágio?• Identificação de problemas na oferta de estágios no período noturno em especial na educação infantil;• Dificuldades burocráticas e administrativas junto ao SAE.• A supervisão em sala de aula dos orientadores fundamenta a ida dos estudantes à campo, independente das questões teóricas;• Entendimento que somente, a partir do trabalho coletivo a Política de Estágios será efetivada.
		Voz dos estudantes (Turma de 2008) <ul style="list-style-type: none">• Disciplinas com muitos professores acabam ficando sem ligação - impressão de que não há um planejamento prévio;• Disciplinas de PPP's não auxiliam na iniciação à pesquisa;• Imprescindível o cumprimento das ementas,• Não há consenso entre os estudantes sobre a questão da distribuição dos estágios ao longo do currículo.

Quadro 2 – Avaliação do Curso de Pedagogia – Grupo de Trabalho: Currículo de Pedagogia (2012)

Ano	Documento	Indicações	
2012	GT - Currículo de Pedagogia	Pauta: Rodízio dos Departamentos de disciplinas	
		Manutenção do Rodízio entre todos os departamentos (12 Disciplinas)	
		EP566 – Seminário de Integração Curricular I, EP567 – Seminário de Integração Curricular II Junção das 3 PPPs em uma única disciplina e junção dos 3 Seminários de Integração Curricular em uma única disciplina.	1. EP107 – Introdução à Pedagogia – Org. do trabalho pedagógico 2. EP315 – Pesquisa e Prática Pedagógica I
		***EP810 a EP815 – Seminários eletivos obrigatórios	3. EP316 – Pesquisa e Prática Pedagógica II,
		As disciplinas não estão sendo oferecidas com frequência e fazem parte do rodízio entre os departamentos. O fato de essas disciplinas poderem ser oferecidas por todos os departamentos faz com que os conteúdos se percam e não tenham sua especificidade! A parte histórica, relativa aos conteúdos, é banalizada. Algumas de suas ementas revelam limitações e equívocos. Necessidade de revisão. Sugestão: que este bloco de eletivas seja inserido no bloco das eletivas comuns. Importância de que seja assegurado na FE o oferecimento das disciplinas eletivas.	4. EP317 – Pesquisa e Prática Pedagógica III
			5. EP566 – Seminário de Integração Curricular I
		EP377 – Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar Na reformulação do currículo, a intenção era dedicar um ano para anos iniciais e gestão escolar, concomitantemente. Juntou-se Planejamento Educacional com estágios. O departamento responsável pela disciplina, DEPASE, sugere que a EP377 possa dar conta do estágio no sistema educativo e a EP910 – Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar, aborde o estágio na escola. Problema de ter sido retirada a EP463 – Planejamento Educacional (teórica) do currículo e a EP377 ter apenas 2 horas teóricas.	6. EP567 – Seminário de Integração Curricular II 7. EP810 – Seminário de Educação Especial
			8. EP811 – Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar
		EP910 – Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar O DEPASE sugere que disciplina possa tratar do estágio na escola. Recomenda-se a discussão relação entre a EP910 e a EP377 e o possível desdobramento e/ou alteração para que a EP377 possa ter uma característica teórico-prática. Além disso, a EP164 deveria anteceder a EP377.	9. EP812 – Seminário de Pesquisa em História da África
			10. EP813 – Seminário de Pesquisa em História Indígena
11. EP814 – Seminário de Educação, Cultura e Artes			
12. EP815 – Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil			
Disciplinas Compartilhadas entre dois Departamentos (02 disciplinas)			
1. DECISE / DELART - EP146 – Educação e Tecnologias 2. DELART / DEPRAC - EP162 – Escola e Currículo			

**Quadro 3 – Avaliação do Curso de Pedagogia –
Grupo de Trabalho- Formação de Professores na FE: Diagnóstico e Proposições (2015)**

Ano	Documento	Indicações
2015	GT- Formação de Professores na FE: Diagnóstico e Proposições	<p><i>Identifica a formação de seis perfis profissionais distintos: professor de Educação Infantil, professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, professor das disciplinas pedagógicas para o Ensino Médio (antigo Magistério), atuação na Educação Especial, atuação na Gestão Pedagógica e Educacional, trabalho em instituições de Educação Não-Formal. No entanto, partindo de nossos estudos, nos parece que o currículo do curso não se mostra suficientemente consolidado para garantir a formação, ao mesmo tempo, desses seis perfis.</i></p> <p><i>Tendência na definição de ênfases no currículo do curso de Pedagogia.</i></p> <p><i>Estudantes: falta de disciplinas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Alfabetização, Ciências, Matemática, Educação Hospitalar, Educação Ambiental, Jogos Educativos, História da África e História da Educação Indígena, como obrigatórias, além do desejo de diversidade no enfoque sobre Educação Infantil.</i></p> <p>Grande o número de estudantes evadidos – período de 2006 a 2015 Pedagogia Integral (20) – 84 estudantes Pedagogia Noturno (38) – 121 estudantes</p> <p>Estágio Supervisionado – importância da Comissão de Estágio para assessorar a coordenação do curso para possíveis encaminhamentos. Sugestão: a Residência Pedagógica, como imersão do estudante na instituição concedente do estágio, aparece como uma possibilidade de um modelo a ser implementado.</p> <p>Proposição Há fragmentação de projetos desenvolvidos na FE e que se voltam para a formação de professores. Identificação dos princípios que orientam os projetos de formação de professores na FE, mas que ainda são elementos que têm sua efetivação limitada: · A autonomia dos estudantes na definição de suas trajetórias formativas; · A pesquisa como eixo articulador, · A integração curricular: entre áreas, entre as disciplinas, entre a faculdade e os campos de estágio, entre as unidades da universidade; <i>Aprofundamento dos estudos sobre os índices de evasão em nossos cursos, buscando encontrar correlações significativas entre as condições de oferta e permanência dos estudantes da Unicamp, natureza das disciplinas oferecidas nos cursos da FE, programas e políticas nacionais para a formação de professores.</i></p>

Quadro 4 – Avaliação do Curso de Pedagogia – Grupo de Trabalho- Formação de Professores (2016)

Ano	Documento	Indicações
2016	GT - Formação de Professores	<p>A autonomia dos estudantes na definição de suas trajetórias formativas - A FE-Unicamp garantirá a autonomia dos estudantes na definição de suas trajetórias formativas, na busca pela construção de currículos os mais abertos e múltiplos possível, de modo a possibilitar a construção de múltiplos processos formativos nos cursos que oferta.</p> <p>A pesquisa como eixo articulador - A FE-Unicamp deve continuar a buscar o exercício da pesquisa claramente articulada com o ensino e a teoria claramente articulada com as práticas como componentes curriculares na formação de profissionais da educação básica, privilegiando as práticas docentes nas suas várias dimensões, como centro das atividades formativas.</p> <p>Estrutura Física da FE - Maior aproveitamento de recursos tecnológicos para fortalecimento da formação presencial e semi-presencial de profissionais do magistério da educação básica com criação e fortalecimento de disciplinas como EP 148 e EL 105, com tutoria, monitoria, ênfase nos vetores “P” e O”.</p> <p>Decisões sobre a grade curricular de disciplinas: as diversas disciplinas oferecidas em regime de rodízio e sem alocação departamental são instrumentos que permitem maior transversalidade curricular, mas que, também, trazem dificuldades para a sua articulação interna e para a integração aos projetos dos cursos de formação de professores oferecidos por outras unidades.</p> <p>(1) criar disciplinas de oferta obrigatória, mas eletivas para os estudantes. Atenção à regularidade na oferta, computada na carga obrigatória dos respectivos docentes/departamentos responsáveis. Fazer as eletivas deixarem de ter caráter de complementação, passando a ser aprofundamento em trajetórias específicas de formação do aluno.</p> <p>(3) criar aproximação curricular entre disciplinas das licenciaturas e pedagogia por meio de disciplinas que possam ser compartilhadas por ambos os cursos.</p> <p>Grade Curricular - Curso de Pedagogia: Haveria a necessidade de integrar um núcleo comum consolidado de disciplinas da Pedagogia e das Licenciaturas.</p>

Pré-Requisitos no Currículo de Pedagogia (1998-2016).

O Curso de Pedagogia, desde o ano de 2008, tem apresentado um projeto pedagógico que visa atender a formação de um profissional em que a docência é concebida como a base essencial para sua atuação em diferentes espaços educacionais: escolares e não-escolares. A fim de cumprir esse propósito, a trajetória do aluno, ao longo de sua formação no Curso de Pedagogia, tem se caracterizado pela flexibilidade e adequação ao seu interesse, mediante a sugestão do cumprimento de uma grade curricular, no qual os pré-requisitos para a realização de disciplinas, não se faz necessária, conforme consta nos Projetos Pedagógicos do Curso elaborados desde o ano de 2007 e publicados nos Catálogos de Curso da DAC.

No entanto, historicamente, pode-se observar após consulta aos Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia, desde o ano de 1998, que a questão dos pré-requisitos tem influenciado desde a trajetória do aluno, sua relação com o curso, a concepção pedagógica que orienta o perfil do egresso, bem como o estabelecimento de uma relação intrínseca entre as disciplinas que compõem a Grade Curricular do Curso.

Quadro 5 – Os Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia e os Pré-requisitos

Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia e os Pré-requisitos	
Ano	Indicação
1998	Disciplinas com Pré-requisitos
2007	Não haverá pré-requisitos para as disciplinas do currículo, objetivando-se conferir maior flexibilidade e autonomia ao aluno na escolha das disciplinas.
2010	Para matricular-se nas disciplinas de Estágio, o aluno deverá ter cumprido o equivalente a 30% das disciplinas do Curso (AA430).
2015	

Fonte: Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia (1998, 2007, 2010 e 2015)

Com relação aos Catálogos de Curso, a indicação de ausência de pré-requisito pode ser datada, a partir do ano de 2008, com relação às disciplinas obrigatórias, pois as disciplinas eletivas, em maioria os pré-requisitos foram mantidos, conforme pode-se verificar no quadro abaixo.

Quadro 6 – Trajetória do Pré-Requisito no Curso de Pedagogia

Ano	Indicação de Pré-requisito	Obrigatória	Eletiva	Observação
1998	Sim	X	X	
1999	Sim	X	X	
2000	Sim	X	X	
2001	Sim	X	X	
2002	Sim	X	X	
2003	Sim	X	X	
2004	Sim	X	X	
2005	Sim	X	X	
2006	Sim	X	X	
2007	Sim	X	X	
2008	Sim	X	X	Fundamentos do Ensino e Estágio continuaram com o pré-requisito
2009	Sim	X	X	Fundamentos do Ensino e Estágio continuaram com o pré-requisito
2010	Sim	X	X	Fundamentos do Ensino e Estágio continuaram com o pré-requisito
2011	Sim	X	X	Fundamentos do Ensino e Estágio continuaram com o pré-requisito
2012	Sim	X	X	Fundamentos do Ensino e Estágio continuaram com o pré-requisito
2013	Não	X	-	
2014	Não	X	-	
2015	Não	X	-	
2016	Não	X	-	

Fonte: Catálogos do Curso de Pedagogia (DAC) – 2016

A partir do quadro acima indicado, nota-se que a realização dos Seminários do Curso de Pedagogia ocorridos, entre os anos de 2006 e 2007, fomentaram o debate e as discussões a respeito da temática, sendo acordado que as disciplinas do ano de 2008 teriam os pré-requisitos abdicados das disciplinas obrigatórias, à exceção dos estágios que passariam a exigir que os alunos tivessem concluído 30% do Curso para que pudesse se matricular.

Deste modo, em reuniões realizadas nos dias 13/02/2007 e 29/03/2007, conforme consta em Ata, membros do Conselho do Curso de Pedagogia se reuniram para delibera, a respeito do assunto. Com parecer favorável, os pré-requisitos foram desvinculados das disciplinas obrigatórias, mediante as seguintes justificativas:

- 1) Favoreceria uma trajetória mais flexível do aluno, sem que este dependesse de determinada disciplina para integralizar o curso, causando atraso quanto ao término deste;
- 2) Possibilidade do aluno realizar o seu percurso segundo as suas necessidades e possibilidades.

Porém, conforme pode ser observado no Quadro 6, a implantação da medida foi efetivada completamente, no ano de 2013, apesar de já ter sido incorporado ao Projeto Pedagógico do Curso, desde o ano de 2008 (Quadro 5).

Compreendemos que a proposta favoreceu a trajetória dos alunos, mas por outro lado acarretou nas seguintes problemáticas:

- 1) Aumento do número de alunos por turmas e esvaziamento de outras;
- 2) Grande demanda de requerimento no período de alteração de matrícula, turmas com solicitação de até 15 solicitações para a mesma disciplina;
- 3) Justificavas diversas: incompatibilidade de horários, problemas pessoais, não aceitação de docentes, adequação da matrícula à agenda pessoal;
- 4) Sobrecarga de trabalho entre os funcionários da Graduação devido ao excessivo número de pedidos de alteração de matrícula e necessidade de adequação às demandas dos alunos, em período muito pequeno, via telefone, e-mail, balcão.

Encaminhamentos

Após a análise das avaliações e diagnósticos realizados entre os anos de 2011 e 2016, a Coordenação de Pedagogia compreende a necessidade de retomar as proposições e sugestões apontadas, considerando que, neste período, as adequações normativas e curriculares decorrentes da aprovação de Legislação Federal e Estadual foram realizadas, atendendo aos pressupostos normativo-jurídico.

No entanto, como se pode observar no Quadro anterior, o Projeto Político Pedagógico vem mantendo os seus princípios norteadores, mas as disciplinas, bem como a composição da grade curricular, ementas, distribuição de vetores, o estabelecimento dos estágios supervisionados obrigatórios e extra-curricular precisam ser reavaliados, com o propósito de atender as novas demandas de formação que se constituíram, nos últimos anos, na própria Faculdade de Educação, no perfil do egresso e nas novas tendências formativas que podem ser estabelecidas no Curso de Pedagogia/Unicamp.

Diante dessas proposições, a proposta de Seminário do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/Unicamp constituiu-se, a partir de demanda identificada pela Comissão de Pedagogia, entre os meses de outubro de 2016 e fevereiro de 2017.

Assim, o Seminário do Curso de Pedagogia realizado entre os dias 08 e 09 de maio de 2017, organizou-se em três eixos de análise:

Eixo 1 - Princípios e diretrizes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FE/Unicamp;

Eixo 2 – Gestão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FE/Unicamp;

Eixo 3 – Organização, Estrutura e Novas Demandas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FE/Unicamp;

A partir dos 3 Eixos de análise objetivou-se promover:

- 1) A avaliação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade da FE;
- 2) A identificação de novas demandas pedagógicas e formativas no Curso;
- 3) A revisão da organização e estrutura do Curso.

O Seminário do Curso de Pedagogia contou com duas mesas-redondas significativas:

- **Dia 08/06/2017:** “*Princípios e Diretrizes dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia*”, com Prof. Luiz Dourado /UFG e Profa. Bernadete Gatti / CEE-SP¹²;
- **Dia 09/06/2017:** “*Gestão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FE/Unicamp*”¹³, com a participação das Coordenadoras do Curso de Pedagogia no período de 2001 a 2015: Profa. Dra. Maria do Carmo Martins, Profa. Dra. Angela Soligo, Profa. Dra. Maria Márcia Sigrist Malavasi e Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan.

Reafirmamos, que a organização e realização do Seminário do Curso de Pedagogia ocorrido, entre os dias 08 e 09 de maio de 2017, contou com ampla mobilização e participação da Comunidade da FE, representada pelos professores, alunos e funcionários, subsidiando o debate, de modo a promover as adequações necessárias ao Curso de Licenciatura de Pedagogia da Faculdade de Educação/Unicamp.

¹² Consultar depoimento dos integrantes da mesa-redonda em: <https://www.fe.unicamp.br/galerias/2608>

¹³ Consultar galeria de fotos em: <https://www.fe.unicamp.br/graduacao/noticias/fe-debate-curso-de-graduacao-em-pedagogia>.

Síntese do Seminário do Curso de Licenciatura em Pedagogia¹⁴ (2017).

O Seminário do Curso de Pedagogia/Unicamp representou um momento de trocas de experiências, vivências e discussões em decorrência do diálogo estabelecido entre professores, alunos, funcionários e demais interessados, na temática de formação de professores.

A síntese apresentada retrata os principais temas abordados durante o Seminário do Curso de Pedagogia, registrados pelas relatorias das mesas¹⁵.

Eixo 1 - Princípios e diretrizes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FE/Unicamp¹⁶.

Dia 08/05/2017

10h às 12h

Salão Nobre

Coordenação: Profa. Dr. Guilherme do Val Toledo (DEPRAC)

Relatoria: Profa. Dra. Fabiana Rodrigues (DEFHE) e Profa. Dra. Alik Wunder (DELART)

Perfil do Egresso (p.23)

Licenciado: O percurso de formação do licenciado em Pedagogia objetiva *qualificação* para o trabalho em instituições educativas para *atuar no magistério na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, disciplinas pedagógicas de cursos de formação em nível médio e Educação Especial, na gestão pedagógica e educacional, no âmbito escolar e institucional. Qualifica* também para o trabalho em *instituições não-escolares e não formais*. Faz parte dessa formação profissional *a experiência*

¹⁴ Consultar para maiores informações: <https://www.fe.unicamp.br/graduacao/galerias/2542>
<https://www.fe.unicamp.br/galerias/2546>
<https://www.fe.unicamp.br/graduacao/noticias/fe-debate-curso-de-graduacao-em-pedagogia>

¹⁵ Agradecimento especial aos membros da Comissão de Graduação da Faculdade de Educação/ Unicamp que se dispuseram a nos auxiliar na relatoria: Profa. Dra. Alik Wunder (DELART), Profa. Dra. Fabiana Rodrigues (DEFHE), Profa. Dra. Gabriela Tebet (DECISE), Prof. Dr. André Paulilo (DEFHE), Prof. Dr. Pedro Ganzeli (DEPASE), Profa. Dra. Carolina Catini (DECISE) e Profa. Ms. Luciane Gandin (Pedagoga).

¹⁶ Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia/ Unicamp (2017).

investigativa, bem como de *reflexão* acerca de aspectos *políticos* e *culturais* da *ação educativa*.

Princípios norteadores da proposta curricular (p.25-26)

a) **Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação**, independente do campo de atuação futura.

b) **Formação teórica sólida, interdisciplinar e articulada**, permitindo a compreensão da educação em todas as suas dimensões, de modo a responder às exigências da realidade atual em relação à educação escolar e não escolar e também às necessidades e problemas sociais e às demandas da escola pública. A busca pela formação teórica sólida, neste momento histórico, encaminha para uma formação que demanda um tempo mínimo de 4 anos, como indicam as diretrizes curriculares, e implica assumir posição contrária às propostas vigentes de aligeiramento e formação à distância.

c) **Pesquisa como eixo de formação**. O eixo da pesquisa não somente se evidencia em disciplinas específicas como Pesquisa e Prática Pedagógica, Metodologia de Pesquisa em Ciências da Educação e Trabalho de Conclusão de Curso, mas perpassa a discussão e produção de conhecimento em todas as disciplinas do Currículo.

d) **As Práticas e o Estágio como eixos de formação / articulação**, entendidos a partir da perspectiva de indissociabilidade teoria-prática, que permite constante diálogo, construção, elaboração e ressignificação dos elementos teóricos, bem como das experiências advindas da prática. O estágio, proposto a partir da metade do Curso, não tem caráter meramente ilustrativo, mas pressupõe imersão nos contextos educativos, em projetos articulados.

e) **Trabalho partilhado/coletivo** que envolva os docentes do curso em discussões coletivizadas e articuladas, a partir da Pesquisa e Prática Pedagógica, dos Seminários de Integração Curricular e dos Estágios.

f) **Possibilidade de ampliação e aprofundamento de conhecimentos**, quer seja nos Seminários Eletivos oferecidos no final do Curso, quer seja nas disciplinas eletivas, em que se busca a abertura do currículo para outros institutos / faculdades da Unicamp.

g) **Reconhecimento de experiências não disciplinares** como elementos curriculares altamente relevantes para a formação do pedagogo, por meio das Práticas Curriculares.

Diretrizes do Curso de Pedagogia/Unicamp (p.20-21).

- Eixo pesquisa – prática, desde o primeiro semestre do curso;
- A abertura, no currículo, para experiências não disciplinares de formação;
- A reformulação dos núcleos temáticos, mantendo-se o princípio da interdisciplinaridade.

Estágio Curricular

- Estágios que contemplem o ensino, bem como a vivência da escola em sua totalidade, em que se inclui a gestão democrática, o projeto político pedagógico e outras dimensões do cotidiano escolar;
- Estágio que contemple a educação infantil, as séries iniciais do ensino fundamental, a educação de jovens e adultos, bem como os espaços e experiências de educação não-escolar e não-formal;
- A necessidade de elaboração de um projeto de estágio que possibilite o estabelecimento de convênios com as redes públicas e que não seja dependente de iniciativas individuais, quer seja do professor, quer seja do aluno. Nesta perspectiva, é importante que as escolas conveniadas participem da construção de uma proposta de estágio, e que se estabeleça uma relação de reciprocidade entre as mesmas e a FE;
- O estágio como projeto da Faculdade de Educação como um todo, assumido por todos os departamentos.
- O estágio curricular a partir do 5^o semestre do curso, que permita a imersão do aluno nos contextos acima mencionados.

Diagnóstico da Comissão de Graduação (2016-2017)

Princípios e Diretrizes	Ações propostas	Elementos para debate
<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa como eixo articulador - Formação intelectual de qualidade, pesquisa claramente articulada com ensino e teoria, privilegiando a prática docente em suas múltiplas dimensões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver desdobramentos práticos para as disciplinas hoje consideradas de formação geral, no formato de laboratórios de ensino e pesquisa ou de conteúdo aplicado no lugar do que denominamos “disciplinas oferecidas em regime e rodízio e sem locação departamental”; - Melhorar a articulação entre oferta de disciplinas e prática pedagógica em áreas específicas com os processos educativos fomentados por meio de pesquisa e da experimentação pedagógica e em sintonia com os sistemas de ensino; - Resistência aos movimentos de fragilização da autonomia do professor, fortalecimento de projetos pedagógicos e as concepções pluralistas para enfrentamento da disseminação do fundamentalismo e judicialização da educação no âmbito da política e sala de aula. - Dimensionar as disciplinas de estágio a partir dos eixos articuladores da formação teórico e prática e sobretudo como fortalecimento do desejo de ser professor e compromisso com a educação pública, laica e de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - O currículo do curso de Pedagogia não se mostra suficiente para garantir a formação, ao mesmo tempo, dos seis perfis: professor de Educação Infantil, professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, professor das disciplinas pedagógicas do Ensino Médio (antigo Magistério), atuação em Educação Especial, atuação em Gestão Pedagógica e Educacional, trabalho em instituições de Educação não-Formal;

Proposições do Seminário (2017) – Eixo 1

Perfil do Egresso

- ✓ Temos condições de atender aos perfis do Curso de Pedagogia?
- ✓ As áreas da docência e gestão têm centralidade no Curso de Pedagogia, como integrar a educação especial e a educação não-formal, como áreas formativas?

Questões apontadas com relação aos princípios constantes no PPP

- ✓ Os estudantes reconhecem e valorizam o trabalho docente como base de sua formação?
- ✓ A pesquisa como eixo de formação está sendo realizada? Como?

A dificuldade dos estudantes, ao final de curso definirem temas de TCC, apontam para uma possível desarticulação da pesquisa durante o Curso de Pedagogia. Os

estudantes consideram oportuno um maior debate sobre as diferentes perspectivas de pesquisa que existem na Faculdade de Educação, bem como correntes teóricas e metodológicas.

✓ **Realizamos um trabalho coletivo e articulado entre docentes na graduação?**

- **Os docentes apontaram** que há uma cultura acadêmica que dificulta a articulação: centralidade do trabalho do docente na pesquisa, falta de espaço-tempo para trabalho pedagógico coletivo, organização curricular e institucional que dificulta abertura de espaços de diálogo.

- **Os estudantes indicaram** as diferenças entre disciplinas de mesma ementa oferecidas por distintos docentes e realizaram ponderações sobre a importância de o docente ter autonomia para organizar sua disciplina.

- **Docentes e estudantes destacaram** a importância de valorizar o trabalho coletivo e articulado entre docentes a cada semestre.

✓ **O estágio é realmente um eixo articulador da formação?**

- Estágios apresentam-se sem maiores articulações com as demais disciplinas. Não são contemplados como eixo articulador do curso;

- É preciso atender as novas demandas de relações étnico raciais, gênero e educação inclusiva;

- Precisam se basear na Política de Estágio da FE e se articular às licenciaturas integradas;

- O estágio deve ter um espaço central no Curso, de modo que as demais disciplinas possam se pautar nas questões que dele emergirem;

- Possibilidade de estágios com imersão em diferentes comunidades;

- Experiência do PIBID é uma boa referência de articulação interdisciplinar;

- Necessidade de maior articulação entre FE e as Secretarias da Educação Municipal e Estadual, com apontamentos sobre a importância de abertura para diferentes campos e formatos de estágio.

✓ **Existe articulação entre os Projetos de Formação de Professoras do Curso de Pedagogia e demais Licenciaturas?**

- Articular através do estágio, o Projeto de Estágio da Faculdade de Educação.

- Deve ser articulada através das disciplinas eletivas oferecidas na FE e fora da unidade, para que o estudante tenha a oportunidade de realizar outras vivências.

✓ **Como pensar a distribuição de disciplinas obrigatórias e eletivas na grade curricular? Como inserir demandas de temáticas?**

– Debate sobre necessidade de manutenção e ampliação do núcleo de disciplinas teóricas obrigatórias (ex: psicologia, alfabetização) e sobre a importância de se ampliar a flexibilização do currículo para maior autonomia de percurso formativo, possibilitando a ampliação do número de disciplinas eletivas (ex: racismo, questões étnico-raciais, gênero, educação inclusiva, educação ambiental...). Discussão sobre a possibilidade de inclusão de novas temáticas:

– Inserção nos programas das disciplinas que já existem com abordagem diferenciadas e reconhecimento que são temáticas que envolvem diferentes áreas,

– Criação de novas disciplinas obrigatórias para garantir inserção das temáticas e contratação de docentes das áreas,

– Criação de maior leque de eletivas para garantir a autonomia de definição de percurso formativo.

✓ **As disciplinas compartilhadas entre departamentos são possibilidades de articulação ou eram dificuldades de gestão do currículo?**

✓ **O currículo será pensado como um percurso definido com trajetórias formativas imprescindíveis ou um percurso mais aberto?**

- Há necessidade de se repensar a introdução dos pré-requisitos, bem como a inclusão de temáticas envolvendo a questão indígena e africanidades como obrigatórias

- ✓ **Como pensar as mudanças curriculares frente ao aumento das normatizações sobre currículos de formação de professores e diminuições orçamentárias da universidade?**

Eixo 2 – Gestão do Projeto Político Pedagógico e Eixo 3 – Organização, Estrutura e Novas Demandas.

Dia 09/05/2017

9h às 12h

Salão Nobre

Coordenação: Prof. Dr. Pedro Ganzeli (DEPASE)

Profa. Dra. Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis

Relatoria: Profa. Dra. Gabriela Tebet (DECISE) e Profa. Dra. AlikWunder (DELART)

Conhecimentos Teóricos e Práticos e compromissos esperados para o profissional pedagogo (p.24-25).

- Capacidade de entender os novos parâmetros da cultura*** como atividade humana, como prática de produção e de criação;
- Compreender o processo de trabalho pedagógico*** que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal e as condições de desenvolvimento da criança de 0 a 10 anos.
- Compreender a dinâmica da realidade***, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;
- Identificar os processos pedagógicos*** que se desenvolvem na prática social concreta, que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos movimentos sociais;

- e) ***Equacionar os fundamentos das políticas públicas***, em especial no campo educacional e, a partir deles, intervir nas diferentes instâncias em nível dos sistemas municipal, estadual e federal em condições de propor/alterar/contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares que busquem a eliminação da discriminação e a seletividade que hoje impedem o acesso e o direito à educação;
- f) ***Buscar articuladores que garantam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico***, tendo parâmetros claros que orientem a tomada de decisão em relação à seleção, organização e seqüência dos conteúdos curriculares que superem a forma atual de organização da escola e do currículo;
- g) ***Vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar*** na ação pedagógica, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- h) ***Implementar formas de gestão democrática na escola***, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- i) ***Assumir o compromisso com a educação pública de qualidade***, para todos;
- j) ***Assumir o compromisso de transformar a educação e as condições sociais*** sobre as quais ela se dá, tendo como norte a transformação da sociedade.

Diagnóstico da Comissão de Graduação

Gestão do PPP	Ações Propostas	Elementos para debate
<ul style="list-style-type: none"> Integração curricular Reconhecimento de um problema de constantes mudanças curriculares que dificultam a integração. Propõe integração que não dissocie teoria e prática, formação “específica” e “pedagógica”. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar disciplinas de oferta obrigatória, mais eletivas aos estudantes. Maior atenção a regularidade de oferta de disciplinas eletivas. Criar condições de mobilidade institucional por meio de projetos, ações e atividades pedagógicas e didáticas e socioculturais ocorrendo na universidade e na escola pública aproximando a formação em serviço, continuada e inicial. Criar aproximação curricular entre disciplinas das licenciaturas e pedagogia por meio disciplinas que possam ser compartilhadas por ambos os cursos. Revisão de estatutos e garantia de integração curricular e acadêmica com outros institutos; Construção de uma arquitetura política e pedagógica de cooperação com os sistemas públicos de ensino de forma integrada com Mestrado Profissional; Convergências de processos formativos: criação e explicitação de processo formativos continuados envolvendo docentes, discentes, gestores e funcionários como forma de compartilhar saberes; Integrar núcleo comum entre os cursos de pedagogia e licenciatura: realizar estudo comparativo entre as grades curriculares e propor equivalências e integração curricular entre grupos de disciplinas: ex: estágios, produção de textos, eletivas...) 	<ul style="list-style-type: none"> Como estabelecer a divisão-partilha das disciplinas eletivas entre departamentos? Como articular a integração destas disciplinas com demais cursos de licenciatura? Como facilitar a criação de projetos de mobilidade institucional? Há como ampliar as equivalências entre disciplinas de base comum da pedagogia e licenciaturas?

Organização e Estrutura	Ações Propostas	Elementos para debate
<ul style="list-style-type: none"> Autonomia na definição da trajetória formativa Construção de um currículo aberto garantindo a construção de múltiplos processos formativos. Respeito a opções de grupos sociais e perfil de cada estudante, reconhecendo a autonomia discente para construir sua formação 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de programa de orientação-tutoria de percursos formativos, que permita que alunos dos anos finais compartilhem suas experiências com alunos iniciantes; Maior aproveitamento de recursos tecnológicos para fortalecimento de disciplinas presenciais e semi-presenciais, fortalecimento das disciplinas EP 148 e EL 105 com tutoria e monitoria com ênfase nos vetores P e O. 	<ul style="list-style-type: none"> Como orientar os alunos sobre as possibilidades de construir currículo de forma autônoma evitando que as escolhas não sejam movidas apenas pela preferência de horários e professores? Como possibilitar a previsão de fluxos e diminuir a diferença entre número de matriculados em cada disciplina? A criação de disciplinas com pré-requisitos fere o princípio da autonomia de definição e trajetórias formativas?

Proposições do Seminário (2017) – Eixo 2 e 3.

- A grade curricular e a carga didática das disciplinas do curso de pedagogia contemplam a formação docente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (0 a 10 anos) e na formação da gestão educacional, mas não nas demais áreas de atuação do Pedagogo (Educação Especial; Educação Ambiental; Educação Não Formal, entre outras possibilidades);
- Existe um excesso de disciplinas obrigatórias dificultando a participação dos alunos em disciplinas eletivas e demais atividades universitárias;
- Pensar o currículo como um todo e não apenas tirar ou incluir disciplinas;

- Necessidade de atenção sobre as especificidades do Curso Integral e do Curso Noturno.
- As disciplinas de início de curso estão atendendo a pesquisa como eixo de formação?
- As disciplinas devem atender ao projeto pedagógico do curso e não ficar na dependência do professor que a ministra;
- Necessidade de socializar o que está sendo trabalhado em cada disciplina e a sua relação com o PPP do Curso de Pedagogia;
- As condições de trabalho devem ser levadas em conta na condução de possíveis mudanças curriculares do curso de Pedagogia;
- Dificuldade em relação as disciplinas compartilhadas, ausência de tempo para relacionar teoria e prática pedagógica;
- Dificuldade nas disciplinas interdepartamentais, com a fragmentação da ação pedagógica;
- Ausência de Pré-requisitos gerando distorções no percurso curricular do aluno; TCC I e TCC II – pré-requisito a partir de 2014; matrícula de alunos nos Estágios sem terem frequentado disciplinas de base conceitual;
- Ausência de disciplinas: Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; Educação Ambiental; História da África; História Indígena;
- Necessidade de trabalhar transversalidade de temas (Educação inclusiva, gênero, educação ambiental, outros);
- Projeto de Estágio Coletivo favorecendo a interlocução entre a faculdade e os campos de estágio;
- Necessidade de integração entre os Estágios do Curso de Pedagogia com os estágios das demais licenciaturas;
- Rever a Política de Estágio da FE.
- Possibilidade de outros desenhos para a realização dos estágios, em especial, de Educação não-formal, como por exemplo: a vivência coletiva dos alunos em um campo de estágio específico.
- PPP do Curso de Pedagogia – Formação docente em Educação Infantil; Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestor (a) Educacional, entre outros. Possibilidade de 18 perfis diferentes, deve-se repensar.

Propostas e demandas para o Curso de Pedagogia – Plenária Final

- ✓ Manter a realização do Seminário no calendário do curso de Pedagogia;
- ✓ Realização de planejamento entre os professores do semestre, favorecendo a socialização dos conteúdos;
- ✓ Realizar um acolhimento dos alunos no início do curso, favorecendo a integração deste na dinâmica do curso e na vida universitária;
- ✓ Pensar a grade curricular como um todo evitando reformas pontuais com inserção ou retirada de disciplinas;
- ✓ Promover a transversalidade de temas em todas as disciplinas ao longo do curso.
- ✓ Espaço institucional dos departamentos/coordenação de graduação para discussão pedagógica e organização curricular de forma integrada e interdisciplinar.

Campinas, Faculdade de Educação, 31 de outubro de 2017.

Coordenação de Pedagogia

Referência Bibliográfica

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. **Especialistas, professores e pedagogos: afinal, que profissional é formado na pedagogia?** Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas. 226 p. 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp041274.pdf> Acesso em: 07 Ago. 2016.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07 Ago. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 11.788 de 2008. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes (...).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 07 Ago. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP n.º 1 de 2002.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 07 Ago. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 07 Ago. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015.** Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf Acesso em: 07 Ago. 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, Junho 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200299&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Ago. 2016.

JEFFREY, D. C; ASSIS, A. E. S. Q; GRANDIN, L. O Curso de Licenciatura em Pedagogia: uma análise das adequações normativas e curriculares. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, v. 2, n. 2, p. 291-310, maio/ago 2016. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIESup/article/view/7621/6443>. Acessado em 18/10/2016

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas curriculares e profissionalização: saberes da prática na formação inicial de professores. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 131-158, Junho 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000200131&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Ago. 2016.